



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

LUCIENE GONÇALVES DA SILVA

A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: UMA ANÁLISE NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS POVOADOS DE TAPERA E DO CORTA JACA NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA.

Cruz das Almas-BA

2015

LUCIENE GONÇALVES DA SILVA

A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: UMA ANÁLISE NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS POVOADOS DE TAPERÁ E DO CORTA JACA NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA.

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Colegiado de Graduação de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientador: **Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Sodré**

Cruzas Almas –BA

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

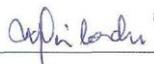
Local reservado a Ficha Catalográfica, que será produzida posteriormente pela Biblioteca Central da UFRB

LUCIENE GONÇALVES DA SILVA

A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: UMA ANÁLISE NA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS POVOADOS DE TAPERA E DO
CORTA JACA NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA.

Monografia defendida e aprovada pela banca examinadora

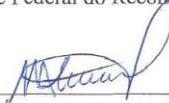
Aprovado em 07/05/2015



Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Sodré
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora



Profa. Dra. Ana Georgina Peixoto Rocha.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof. Msc. Aelson Silva de Almeida
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

A Deus pela minha existência

Aos meus familiares que contribuíram com palavras de incentivo, em especial a minha mãe Hilda, por estar sempre orando por mim

A todos os colegas da turma 2009.2 que não me deixaram desistir nos momentos que passei por dificuldades.

Aos meus amigos, pela força e incentivo sempre. Especialmente a Gal, e Edilene, Jamine e Aurélio que sempre me apoiaram e me deram forças nos momentos difíceis. A Fabiane que sempre esteve a disposição quando precisei de ajuda.

A minha orientadora Professora Doutora Maria Lucia S. Sodr , por me aceitar como sua orientanda, mesmo n o sendo minha professora. Pela sua aten o, dedica o e por ser compreensiva.

Ao Professor Mestre Aelson Almeida por ter me encaminhado a minha orientadora. E por sempre estar orientando seu aluno a se dedicarem aos estudos.

A professora Doutora Flavia Silva Barbosa pelas suas palavras de incentivo, elevando sempre minha auto-estima.

Ao marido Evanildo (Boy) e aos filhos Luan e Annal  por serem compreensivo nos momentos que n o dei a devida aten o que merecem e pelos momentos de nervoso.

Aos componentes da Banca examinadora.

Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram para mais essa conquista em minha vida.

O meu muito obrigada!

RESUMO

A Agricultura Familiar é capaz de gerar a partir do seu trabalho e da diversificação da atividade produtiva um diferencial na produção dos alimentos, essencial para garantia da alimentação da população brasileira. O PNAE, enquanto mercado institucional representa uma enorme conquista para a agricultura familiar, quando se refere às iniciativas de compras públicas, criando mecanismos de gestão através da compra direta do agricultor familiar organizado e cadastrado, democratizando as compras públicas e dinamizando a economia local. O objetivo deste estudo consiste em identificar o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Especificamente identificando os pontos positivos e negativos na inserção dos agricultores dos Povoados de Tapera e Corta Jaca no PNAE; destacar de que maneira há o fortalecimento da agricultura familiar com a inserção do PNAE na Associação Comunitária dos Povoados de Tapera e Corta Jaca; levantar as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores para sua participação no Programa e disponibilização dos seus produtos. Metodologicamente foi realizado um estudo de caso, através de uma pesquisa de campo. Para coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. O trabalho foi realizado através de uma abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa apontaram que o PNAE contribui de maneira positiva para o sucesso dos agricultores, pois possibilitou o aumento da renda, melhoria nas condições de vida dos envolvidos, favorece a sua participação na associação, como também estímulo para os agricultores para produzir, sobretudo, pela certeza da comercialização, e, portanto, a renda. Concluiu-se portanto, que o PNAE como programa de apoio ao desenvolvimento local, embora apresente alguns gargalos, como a logística, traz diversos benefícios para os agricultores. Sendo necessário, entretanto, o maior incentivo da gestão pública municipal, assim como, acesso a assistência técnica e organização social.

Palavras Chave: Agricultura familiar; Políticas públicas e Mercados Institucionais

ABSTRACT

The Family Farming is able to generate from your work and diversification of productive activity a differential in the production of food, essential for food assurance of the population. The PNAE, while institutional market represents a huge achievement for the family farm, when it comes to public procurement initiatives, creating management mechanisms through the direct purchase of organized and registered family farmer, democratizing the public purchases and boosting the local economy. The goal is to study from, identify the potential of the National School Feeding Programme - PNAE. Specifically identifying the positive points in the insertion of farmers in settlements of Tapera and cuts in Jaca PNAE; highlight how there is the strengthening of family farming with the insertion of PNAE in the Community Association of Towns of Tapera and Corta Jaca; raise what are the main difficulties faced by the farmers for their participation in the program and availability of its products. Methodologically a case study was carried out through field research. For data collection were used semi-structured interviews. The study was conducted through a qualitative approach. The survey results showed that the PNAE contributes positively to the success of farmers, it enabled increased income, improvement in the living conditions of those involved, encourages their participation in the association, as well as incentive for farmers to produce, above all, by the certainty of marketing, and therefore income. It was concluded therefore that the PNAE as an income supplement program, although it has some bottlenecks, such as logistics, brings several benefits for farmers. If necessary, however, the biggest incentive of the municipal public administration, as well as access to technical assistance and social organization.

Key Words: Family Farming; Public Policies and Institutional Markets

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS	10
2.1. Objetivo Geral:	10
2.2. Objetivos Específicos:	10
3. REVISÃO DE LITERATURA	11
4. METODOLOGIA	19
4.1 Características da Associação Comunitária dos Povoados de Tapera e Corta Jaca.	19
4.2 Perfil dos entrevistados	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
6. CONCLUSÕES	34
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
APÊNDICES	38

1. INTRODUÇÃO

Estudos têm apontado que a agricultura familiar vem ocupando um espaço cada vez mais importante no atual cenário brasileiro seja na economia, na política, no meio acadêmico, e, na sociedade como um todo. No entanto, a emergência da expressão agricultura familiar tem início, sobretudo, a partir dos anos 90, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), favorecendo o reconhecimento social o atendimento às suas necessidades, sobretudo, vinculadas aos sistemas produtivos, com vista a sua reprodução social.

A Agricultura Familiar é capaz de gerar a partir do seu trabalho e da diversificação da atividade produtiva um diferencial na produção dos alimentos, essencial para garantia da alimentação da população brasileira, mas, se faz necessários políticas públicas que venham favorecer a atividade e como forma de motivação e segurança para o agricultor familiar, neste cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto mercado institucional representa para os agricultores uma alternativa de comercialização dos seus produtos e uma enorme conquista para esta categoria social, criando mecanismos de gestão através da compra direta do agricultor familiar organizado e cadastrado, democratizando as compras públicas e dinamizando a economia local.

Ao longo da história, estudos sobre a agricultura familiar apontam como um dos maiores gargalos para seu desenvolvimento a comercialização dos seus produtos. Neste sentido, os agricultores familiares necessitam de alternativas de venda que garantam a compra de seus produtos de forma sistemática e com preço justo, para que os mesmos possam ter garantias de sustentabilidade produtiva e, portanto, melhores condições de manter, de forma digna, a sua família, e, por consequência, permanecer no campo. Esta dificuldade de mercado, enfrentada pelos agricultores, vem associada, também a outras questões tão importantes, como o acesso sistemático a assistência técnica, o acesso a créditos, a tecnologias e a melhores condições de organização interna dos agricultores.

Diante destas questões, a justificativa deste estudo está respaldada na necessidade de se obter dados reais sobre o PNAE, visto que a Associação referida á tida como uma das mais organizadas e aptas para inserção nesta Política Pública no município rural de Cruz das Almas.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Identificar o potencial do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e os problemas enfrentados pelos agricultores familiares da Associação Comunitária dos Povoados de Tapera e Corta Jaca no município de Cruz das Almas-BA.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar os pontos positivos e negativos na inserção dos agricultores dos Povoados de Tapera e Corta Jaca no PNAE;
- Destacar de que maneira há o fortalecimento da agricultura familiar com a inserção do PNAE na Associação Comunitária dos Povoados de Tapera e Corta Jaca;
- Levantar as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores para sua participação no Programa e disponibilização dos seus produtos.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A agricultura familiar vem ocupando um espaço cada vez mais importante no atual cenário brasileiro seja na economia, na política, no meio acadêmico, e, na sociedade como um todo. Mas, vale destacar que, só no início dos anos 90, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), esta categoria passou a ter reconhecimento social e atendimento às suas necessidades, sobretudo, vinculadas aos sistemas produtivos, que possibilite a sua reprodução social. Neste sentido,

A criação do PRONAF representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola (MATTEI, 2014, P.2).

Estudos definem o PRONAF como um conjunto de diretrizes que norteiam a formulação de políticas públicas, sobretudo, nas duas últimas décadas, apropriadas às especificidades dos agricultores familiares, que promovam melhorias das condições de vida no campo. Em relação ao PRONAF, na concepção de (ANJOS, 2014, p. 3):

As duas últimas décadas representam um período de afirmação da agricultura familiar no Brasil. O fato é que até então preponderava uma forte associação entre essa forma social de produção e a precariedade estrutural. A ênfase, durante muitos anos, recaiu na instituição de políticas compensatórias voltadas ao que então se denominava “pequena produção”, mas também aos trabalhadores rurais, meeiros, lavradores e outros atores sociais marcados pelo estigma da pobreza e pela irrelevância enquanto objeto da intervenção dos poderes públicos.

E neste sentido, o discurso de Schneider, vai à direção de afirmar que:

O PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes, e, encontravam sérias dificuldades de se manter no campo (SCHNEIDER, 2004, P. 2).

No ano de 2006, outra grande conquista para esta categoria social foi a criação da Lei 11.326 – a Lei da Agricultura Familiar que considera agricultor familiar, para

fins legais, a partir de critérios como aquele que desenvolve atividade produtiva no campo e ao mesmo tempo: não possua área maior que 4 módulos fiscais; utiliza predominantemente mão-de-obra familiar; parte da renda familiar é proveniente da atividade do estabelecimento, e, a gestão do estabelecimento é administrado pela família (BRASIL, 2014), a qual configura, a partir destes critérios, sua identidade territorial tomando como referências bases objetivas e subjetivas através de um conjunto de relações sociais estabelecidas com o território e com a cultura a partir de valores, crenças e costumes.

Autores destacam que a luta política dos movimentos sociais do campo e a organização social dos agricultores familiares, somada aos debates acadêmicos, foram responsável pela consolidação e afirmação da expressão agricultura familiar, sobretudo nas duas últimas décadas.

Schneider (2003) também compartilha desta afirmação no debate brasileiro sobre a agricultura familiar, quando ressalta que a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira ocorre no início da década de 1990, quase simultaneamente, em duas esferas distintas. De um lado, no campo político, uma vez que a expressão parece se relacionar com as lutas que os movimentos sociais tiveram nas discussões sobre o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, de outro, referenciado aos trabalhos acadêmicos que investiram em novos referenciais teóricos e analíticos, na busca para estabelecer a expressão agricultura familiar no cenário brasileiro, que segundo o autor,

[...] surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade dos seus produtos [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 30)

A consolidação da agricultura familiar, ganha respaldo e se apresenta enquanto potencial reintegrador pela forma específica de produção, pela agregação familiar, pelas relações sociais e de parentesco, através da relação estabelecida e indissociável entre *terra, trabalho e família*, pela gestão da família no empreendimento, pela importância aos valores, tradição, pela identidade e pertencimento, pelo reconhecimento da participação na geração de empregos e renda, pela diminuição das saídas do campo, e,

sobretudo por ser, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo (MATTEI, 2014; WANDERLEY, 2009).

Para Tonneau e Sabourin (2007, p.13)

As abordagens recentes sobre a importância da agricultura de base familiar para o desenvolvimento em áreas rurais vêm ganhando fôlego nos últimos anos, com o incremento de pesquisas e discussões políticas a este respeito às quais demonstram que a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural vai muito além da produção de alimentos. O alcance de novas perspectivas para os processos sociais no meio rural passa pelo reconhecimento da agricultura familiar, como uma forma social de trabalho e produção e do desenvolvimento rural.

Quando se trata da produção de alimentos, a agricultura familiar corresponde a uma parte representativa no abastecimento interno, que constitui a alimentação básica da população brasileira, esta afirmação pode ser observada nos dados do Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2006). Esta realidade tem possibilitado garantias quanto à segurança e à soberania alimentar, visando à aproximação entre o campo e a cidade a partir da produção pelos agricultores familiares e o consumo dos alimentos por eles produzidos.

A produção de alimentos visa também estimular um processo social, perpassando pela produção e reprodução e segurança alimentar da população de modo geral, indo além da dinâmica da unidade de produção interna da família, mas com estratégias variadas vislumbrando o desenvolvimento social e econômico com redução da desigualdade e o fornecimento da inclusão social. E neste sentido, também, a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a valorização das culturas alimentares, visando por um lado à redução da pobreza e, por outro o desenvolvimento local (MALUF, 2009).

Quanto à segurança alimentar, é importante ressaltar que há uma preocupação em relação à qualidade da alimentação, e neste sentido, esse termo assegura o direito que todas as pessoas têm de acesso, não somente com regularidade e permanência de uma alimentação, mas com qualidade e quantidade suficiente pra suprir as necessidades.

Na sua legitimidade o conceito de Segurança Alimentar surgiu a partir da Lei nº 11.346/2006 (BRASIL, 2006) que afirma em seu artigo 3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo

como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN foi instituído pela lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional Lei 11.346/2006. Este sistema ainda está em construção, objetivando envolver todo o território nacional garantindo o direito de alimentação adequada, enfraquecendo as desigualdades sociais priorizando as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Sem dúvidas que no Brasil a agricultura familiar ocupa um espaço de relevante importância na conjuntura atual e na perspectiva da segurança e soberania alimentar, do ponto de vista social, ambiental e econômico do campo, sobretudo, àqueles agricultores familiares que são responsáveis pela diversidade de produtos, não apenas, para o consumo interno das famílias, mas, também pela disponibilidade deste para o mercado.

Não obstante, cabe destacar que a agricultura familiar, em algumas regiões do país, sobretudo no Nordeste, vem enfrentando sérios problemas relacionados à atividade produtiva e de mercado, e como consequência, também enfrentam situações difíceis na possibilidade de geração de renda com condições de manter dignamente a sua família.

A importância da produção familiar para a atividade econômica do país já foi apontada por diversos autores, no entanto, é essencial que a atividade produtiva seja fortalecida e potencializada, e neste sentido, apresentam-se, como essenciais, a ação das políticas públicas de fomento à produção que possibilite qualificação profissional, acesso a assistência e extensão rural, ao crédito, às tecnologias e, sobretudo, condições de mercado dos seus produtos.

Dentre os programas mais importantes direcionados ao desenvolvimento da agricultura familiar, além do PRONAF, como já apresentado, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecidos enquanto mercados institucionais.

Esta ação dos mercados institucionais representa importância relevante no fomento à produção dos agricultores familiares e seu reconhecimento político, sob dois aspectos, primeiro pelo envolvimento local dos agricultores que podem enfrentar problemas na comercialização de seus produtos, e, portanto, o PNAE apresenta-se enquanto alternativa estratégica que garante a compra - o mercado, e, desta forma, a garantia de renda do agricultor, e por outro lado, as escolas, as creches, os asilos, e os hospitais que precisam destes produtos para atender às suas necessidades de segurança

alimentar e nutricional, através da garantia da oferta de uma produção local de frutas, legumes e hortaliças, com preservação dos hábitos alimentares locais.

A este respeito, Wanderley (2011) chama atenção para o fato importante de que: “[...] a definição oficial de um campo específico da agricultura familiar representa um marco significativo de reconhecimento político deste ator social do mundo rural e abre novas perspectivas para o seu conhecimento empírico” (WANDERLEY, 2011, p. 92).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em relação ao PNAE, fica evidente que:

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores fortalecem as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional. O programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional (FNDE, 2014. p.03).

Segundo Anjos (2014), o PNAE representa uma expressiva inovação no país em termos de mercados institucionais. Embora exista desde os anos 1950, só a partir da Lei nº 11.947 de 16/6/2009 que a ação deste programa apresenta-se com maior expressividade, ao estabelecer que a alimentação escolar, assim como a educação pública, representa um direito fundamental. E assim, esta lei, obriga que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo federal, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) devem ser utilizados na compra direta dos produtos da agricultura familiar, sobretudo, no âmbito local.

E nestes termos, o PNAE representa uma grande conquista para a agricultura familiar em relação às estratégias alternativas de compras dos seus produtos, uma vez que a compra é de forma direta pelo agricultor familiar, através da associação, no entanto, este agricultor necessariamente precisa estar organizado e depois cadastrado para que ele próprio tenha condições de gerir a sua venda.

Para Anjos (2014, p. 2), “os mercados institucionais representam uma oportunidade singular de realizar a inclusão social”, isso se estabelece, segundo o autor, sobretudo, pela condição de comercialização do resultado da sua atividade produtiva dos agricultores familiares. A proposta de criação dos mercados institucionais é uma alternativa viável para o agricultor que podem ter dificuldades de acessar outros mercados, ou ainda ser uma opção a mais de mercado para os agricultores. No entanto, no Brasil os mercados institucionais, considerando a sua importância, ainda são pouco explorados (MALUF, 2009).

E neste sentido, a iniciativa desta política pública tende a minimizar um dos grandes gargalos que permeia a agricultura familiar, que é a sua inserção nos mercados, pois, diversos estudos consideram que a comercialização dos produtos da agricultura familiar, ainda é um dos grandes problemas enfrentados pelos pequenos agricultores. Autores afirmam que os agricultores familiares, sobretudo, no Nordeste têm enfrentado historicamente problemas de integração ao mercado de forma que garanta a geração de renda suficiente para provimento da família com dignidade.

Ao discutir a relação da agricultura familiar com a comercialização de seus produtos, Wulfin (2003) afirma que “a garantia de mercado para os seus produtos e a disponibilidade de crédito estimula os agricultores a se estruturar para conquistar novos mercados”.

A atuação comercial, que é a compra de produtos, envolve diretamente a merenda escolar, ao abastecer as escolas com os alimentos para o preparo das refeições. Assim, há um importante mecanismo estratégico entre a agricultura familiar e o PNAE, consolidado pela compra direta local dos produtos da agricultura familiar, que segundo Anjos, tem como objetivo:

Promover a articulação entre a produção dos agricultores familiares e o abastecimento alimentar de escolas, creches, asilos, hospitais públicos, restaurantes populares, etc. Paralelamente o que se busca é desenvolver a economia local, criar e fortalecer o tecido social e produtivo, bem como gerar trabalho e renda no âmbito rural e urbano (ANJOS, 2014, pg. 4.).

Neste sentido, a compra institucional da agricultura familiar é respaldada na afirmativa de que há a necessidade de se produzir alimentos visando o atendimento nutricional da população e, por outro lado, que possibilite o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, com alternativas de produção e comercialização de alimento que crie um vínculo entre produtores e consumidores, e

assim, garanta o fortalecimento das relações sociais com valorização da diversidade de produtos, que promovam a segurança alimentar e nutricional. Cabe destacar que os agricultores familiares também enfrentam barreiras de inserção nos mercados institucionais, como é o PNAE.

Segundo o Manual de Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar está registrado que:

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial no que tange: ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e; ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (FNDE, 2014pg. 03)

Finalmente, vale destacar um aspecto extremamente importante desta política pública, sobretudo para o meio rural, apontado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, quando afirma que:

O PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade, a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a (re) organização de comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, o incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, a dinamização das economias locais, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar. (FNDE, 2014pg. 03)

Assim, deve-se buscar estimular a organização coletiva dos agricultores rurais com o fortalecimento da organização social interna, através da associação/associativismo, pois, este desempenha um papel fundamental na viabilização da agricultura familiar, uma vez que para inserção nos mercados institucionais se faz necessário à organização interna dos atores sociais, os agricultores familiares para viabilizar a venda de seus produtos. Este aspecto é de extrema relevância para esta discussão, pois, sem uma organização social consolidada não é possível à inserção dos agricultores, assumindo-se enquanto sujeitos sociais locais no PNAE.

Portanto, a associação e a participação ativa dos agricultores é a mola mestra para seu empoderamento com o fortalecimento local, abrindo novas possibilidades, enquanto representantes políticos na solução dos problemas existentes em suas comunidades, no sentido de incentivar a construção de mercados locais que promovam

mudanças no sistema de produção dos agricultores familiares, e como resultado, melhorias na sua renda com impactos positivos nas condições de vida.

Segundo Alves(2011,pg.2) com a necessidade de estarem vinculados a associações, os agricultores se depararam com o desafio de se organizarem de forma coletiva, que apesar de se configurar como uma barreira para a inserção destes ao Programa pode ser um grande incentivo ao associativismo rural.

Para Turra (2002, p. 8), “associação é um sistema de organização inserido na sociedade e com ela interage e estabelece relações de trocas sociais, políticas, legais, tecnológicas, econômicas, etc.”. Portanto, a organização social aparece como resultado do esforço dos membros individuais, com a expectativa de descobrir conjuntamente soluções para problemas que surgem no âmbito local e também originar interesses comuns ao grupo, buscando sempre respostas coletivas aos problemas que ocorrer.

Quanto à importância da organização social no meio rural, Moraes (2004, pg. 2) também destaca que:

As associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence.

Nos últimos anos observa-se que o número de associações rurais vem crescendo, no entanto, muitas dessas organizações encontram dificuldades para se manterem ativas e regularizadas junto aos órgãos a quem as competem, condições essenciais para sua inserção nas alternativas de mercado, como o PNAE, e sobretudo, para geração de renda, melhorias nas condições de vida das famílias e desenvolvimento local.

São exatamente neste contexto, o dos mercados, mais especificamente os institucionais, que emerge o PNAE, objeto deste estudo, enquanto políticas públicas que crie possibilidades de melhores condições de trabalho e vida para estes agricultores a partir da mediação das instituições públicas no campo.

4.METODOLOGIA

Com o intuito de atender aos objetivos do estudo, inicialmente foram identificados quais Povoados no Município de Cruz das Almas faziam parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir daí foram selecionadas duas Associações localizadas nos Povoados de Tapera e do Corta Jaca. Dentro destas Associações foram selecionados, de forma aleatória, 6 agricultores de um total de 18 agricultores.

A pesquisapartiu de uma abordagem qualitativa e foi utilizado o método de estudo de caso. Os procedimentos de coleta de dados foram realizados através de entrevistas semiestruturadas com os agricultores membros da associação que estão inseridos no PNAE, com uma liderança do Povoado, o vice-presidente da associação, procurando identificar as potencialidade e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação ao PNAE.

Associada à pesquisa de campo, o trabalho foi subsidiado com levantamento de dados secundários na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SEAGRI) de Cruz das Almas e uma conversa informal com o Diretor da Instituição. Esta etapa da pesquisa foi importante para complementar os dados da pesquisa de campo, quanto aos tipos de culturas e a quantidade produzidas e destinadas ao PNAE desta associação.

Os dados obtidos foram sistematizados e analisados à luz da teoria, a partir de uma análise descritiva.

4.1 Características da Associação Comunitária dos Povoados de Tapera e Corta Jaca

A Associação Comunitária é formada pelos Povoados da Tapera e Corta Jaca localizado na zona rural do Município de Cruz das Almas – Bahia. Estes Povoados ficam situados cerca de 8 km da sede do município. Nos Povoados do Corta Jaca e da Tapera vivem atualmente cerca de 90 famílias, que somam em média 400 habitantes. Destas famílias, 55 possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, esta declaração é essencial para que os agricultores tenham acesso a diversas políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar, destes apenas 18 estão credenciados para fornecer alimentos ao PNAE. A associação conta com uma sede (Figura 1), onde são realizadas as reuniões e eventos diversos do Povoado.

Figura 1. Sede da Associação dos Povoados de Tapera e Corta Jaca.



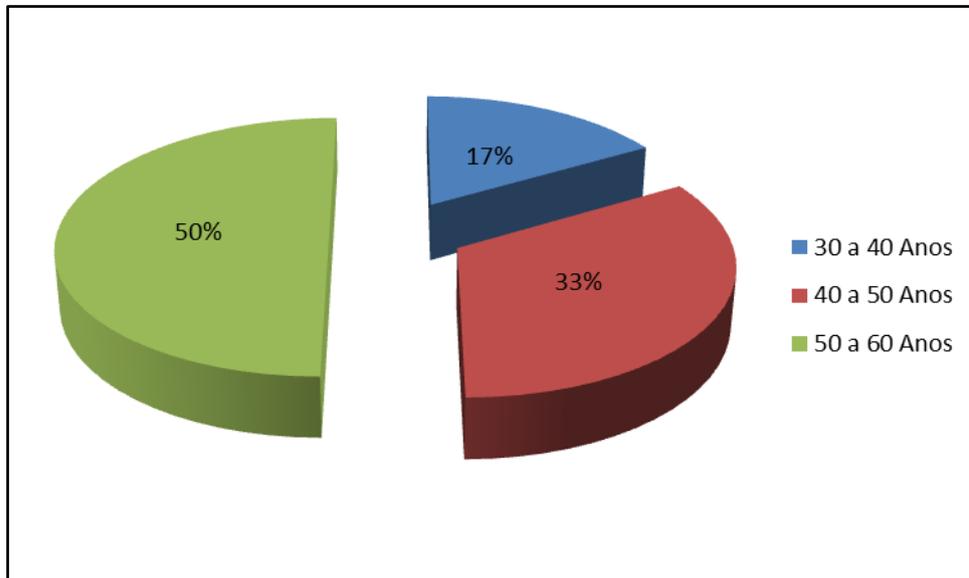
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

4.2 Perfil dos entrevistados

O trabalho de campo contou com aplicação de entrevistas semi estruturadas para traçar o perfil dos agricultores, utilizou na entrevista perguntas relacionadas à sua faixa etária, ao gênero, ao tempo em que vive na comunidade, e, quanto ao desenvolvimento da atividade de produção agrícola e de mercado.

Do total dos 18 agricultores que participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE nos Povoados, foram entrevistados 6 destes agricultores.

No que diz respeito à faixa etária dos entrevistados os dados apontaram que 1 dos entrevistados está entre 30 e 40 anos (17% da amostra), 2 estão entre 40 e 50 anos (33%), o que representa a população economicamente ativa, enquanto os outros 3 estão acima dos 50 anos de idade (50%) (Gráfico 1). Foram entrevistadas três pessoas do sexo feminino e três do sexo masculino.

Gráfico 1. Faixa Etária dos entrevistados

Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Quando foram indagados a respeito do tempo em que vive na comunidade e o tempo que eles desenvolvem a atividade de produção todos responderam, de forma unânime, que são nascidos e criados na comunidade. Quanto ao desenvolvimento da atividade de produção, os entrevistados informaram que desde os 13 anos de idade. Como afirma uma das entrevistadas quando diz: *”Desde quando era pequena que meu pai me levava para a roça para ajudar ele e assim peguei gosto pela roça e gosto muito do que faço”*.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo geral identificar o potencial do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e, os problemas enfrentados pelos agricultores familiares da Associação Comunitária dos Povoados de Tapera e Corta Jaca no município de Cruz das Almas - BA. Neste sentido, foram entrevistados os agricultores da Associação do Corta Jaca e da Tapera e um dos representantes da liderança nos Povoados. Além disso, como já apresentado, foi realizada coleta de informações de dados secundários na SEAGRI, e uma conversa informal com o Diretor.

Inicialmente, são apresentados dados da entrevista do vice-presidente da associação, em relação ao tempo que a associação faz parte do PNAE, quantos associados estão inseridos, quais os critérios são verificados para a seleção e como é a participação dos associados nesse programa.

A resposta do vice-presidente foi que há 5 anos a Associação participa do programa, e estão inseridos 18 associados. Segundo ele, para a inserção no PNAE, os agricultores precisam aderir às seguintes condições do Programa:

Ser agricultor familiar; fornecer artigos da própria produção; atender os princípios da quantidade, qualidade e regularidade; estar dentro das regras da Vigilância Sanitária; os produtos animais deverão estar de acordo com as normas da inspeção animal; os produtos de origem vegetal processados ter registros no MAPA; o ambiente deve ser dedetizado periodicamente; os manipuladores devem fazer exames periodicamente; o carro deve ser adequado para o transporte.

Em relação ao questionamento para os agricultores, as primeiras perguntas referem-se ao fato de quem os orientaram para participar do PNAE, cinco dos entrevistados responderam que foi Sr. Pedro, o vice-presidente da Associação, um entrevistado ressaltou que: “*Seu Pedro foi o incentivador de tudo*”. Outro entrevistado relatou que passou a participar do PNAE depois que Sr. Pedro passou a morar na comunidade, afirmando que: “*aqui era um lugar apagado*”. Apenas um dos entrevistados afirma que o órgão que o orientou para participar do PNAE foi a Secretaria de Agricultura do Município. Estas afirmações apontam a importância de um movimento organizacional interno para fortalecer a comunidade e motivar na atividade.

É importante ressaltar outras falas dos entrevistados quando eles dizem: “isso aqui era morto, morto depois que S. Pedro chegou aqui tudo mudou”. Outra agricultora entrevistada afirmou que: “é Deus no céu e Sr. Pedro aqui na terra”. A partir dessas declarações fica evidente que Sr. Pedro exerce um papel importante na função de líder da comunidade, e, portanto, na agregação e possibilidade de inserção dos agricultores na Associação, visando melhorias nas condições de produção e de qualidade de vida dos agricultores, o que é de fundamental importância, quando se trata de uma organização social.

Os dados de campo revelaram que há aproximadamente cinco anos o povoado de Tapera e Corta Jaca vêm se desenvolvendo de forma positiva com a implantação da Associação, que com sua organização e através das políticas públicas implantou o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, mostrando que o desenvolvimento rural vai muito além da produção de alimento, passando a ser uma forma social de trabalho. Assim como apresentado por Moraes e Curado (2004 p. 2-3)

As associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade as quais pertencem.

No questionamento sobre como se deu o processo de adequação da Política do PNAE, três dos entrevistados responderam que houve necessidade de aumentar a produção para se adequar ao programa, como ressalta um entrevistado: “tive que aumentar a produção quando o PNAE começou, pois entrou mais um comprador para nossa lista”.

Isso é um fator importante para os agricultores, pois, pressupõe não só o aumento da produção, mas também o aumento da renda como consequência, e, a garantia da venda dos seus produtos. Para outros dois agricultores o processo de adequação foi a necessidade de se organizar de uma maneira mais formal para atender a demanda do PNAE, fator também relevante, pois, estudos já apontaram que quanto maior a organização interna de um grupo, mais fortalecido é este grupo. No entanto, um entrevistado citou que: “no início foi difícil se adequar ao programa devido à demora do pagamento”.

Por outro lado, o Vice-presidente quando relatado a respeito do processo de adequação dos agricultores associados para fazer parte do programa, afirmou que:

A adequação ainda não ocorreu de fato, pelo descrédito dos agricultores em relação ao PNAE onde tiveram vários motivos para esse descrédito como, por exemplo: O retardamento do prazo do pagamento; A irregularidade dos pedidos que não segue o cronograma. Exemplo: plantamos hortaliças seguindo o projeto de venda e não foi pedido – não foi comprado pelo PNAE.

Quando questionados aos agricultores se houve necessidade de reorganizar suas atividades produtivas para participar do PNAE, dois dos agricultores entrevistados responderam que houve a necessidade de aumentar a mão de obra para produzir maior quantidade de produto que atendesse a demanda, assim como, foi necessário também melhorar a qualidade do produto, visando o atendimento de um mercado mais exigente.

Em relação a esta mesma questão, outros três entrevistados responderam que precisou aumentar o plantio, ressaltou ele: “precisei plantar algumas culturas para provar que tinha o produto”, outra entrevistada ressaltou: “fiquei atenta ao ciclo de produção de um determinado alimento para atender ao pedido do PNAE, por causa do prazo de entrega”. Estas falas dos agricultores são fundamentadas no Manual da Agricultura Familiar onde sinaliza que: “O contrato de compra é a formalização legal do compromisso assumido pela Entidade Executora e pelos fornecedores para a entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar(FNDE, 2014 p.23).

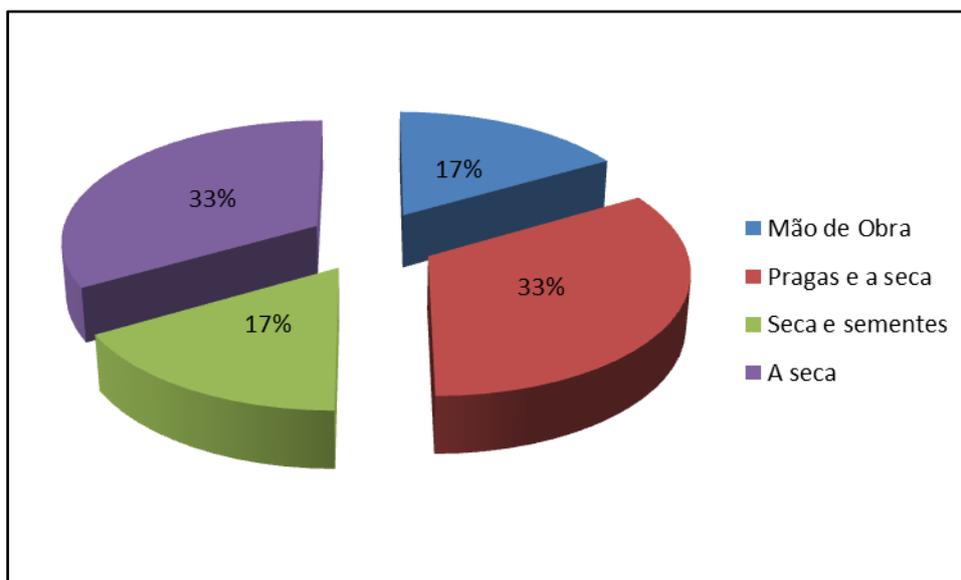
O FNDE(2014 p.23) ainda resalta que: Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da Chamada Pública e da proposta a que se vinculam como, por exemplo, o cronograma de entrega dos alimentos, com datas, locais, produtos e qualidades, e as datas de pagamento dos agricultores familiares, além das demais cláusulas de compra e venda.

Ao questionar os entrevistados sobre quais os problemas enfrentados na atividade produtiva e no fornecimento dos produtos para o PNAE, foram apontados como principais dificuldades na produção, o problema da seca, as pragas, as sementes e o custo de mão de obra (Gráfico 2). Em relação a esta questão, afirmamos entrevistados: “um problema enfrentado é a semente quando planta e não nasce”, outra entrevistada fala sobre a mão de obra: “A mão de obra está muito cara”.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação ao fornecimento, três dos entrevistados citaram que o principal problema está relacionado à logística. Entretanto, outros três entrevistados relataram que não tiveram dificuldades em

relação à logística, em relação a estas respostas, cabe destacar que eles entregam o produto diretamente ao vice-presidente que é o responsável para leva os produtos para o PNAE, e neste caso, de fato, eles não enfrentam problema com a distribuição de seus produtos.

Gráfico 2: Problemas enfrentados na Produção



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Em relação às quais alimentos são fornecidos pelos entrevistados para o PNAE, as respostas variaram de acordo com os agricultores, mas no geral, eles afirmaram que são fornecidos os seguintes alimentos para o PNAE: inhame, bolo, amendoim, verduras, aipim e batata doce e banana, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo. Outra questão importante, também abordada em campo, diz respeito à frequência da venda e a quantidade do produto destinado para o PNAE, eles responderam que depende do projeto de venda, que é estipulado pelo Programa.

Em relação a este Projeto de Venda, cabe destacar o que consta no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2014) segundo o documento, a Chamada Pública deve conter informações suficientes para que os fornecedores formulem corretamente os projetos de venda, como tipos de produtos, quantidades, cronograma de entregas (diárias, semanal, período de fornecimento etc.) e locais de entrega.

A Chamada Pública é o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações. É um instrumento

firmado no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis, que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, ao passo que possibilita a veiculação de diretrizes governamentais importantes, relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao apoio à inclusão social e produtiva local e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Tabela 01: Alimentos que os agricultores da Associação Comunitária Tapera e Corta Jaca fornecem para o PNAE.

Agricultor	Alimento	Quantidade (Kg)
1	Inhame	400
	Bolo	10
2	Amendoim	500
	Verduras (hortaliças)	800
3	Aipim	1000
	Batata doce	1000
4	Batata doce	1000
	Banana da terra	300
5	Banana	300
6	Banana	300

Fonte: Trabalho de campo 2015

Os dados de campo demonstram que as atividades de produção dos agricultores associados do Corta Jaca e da Tapera são diversificadas (Figura 2).

Figura 2. Diversificação da Produção



**F**

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Esta diversificação da produção para o agricultor familiar é importante, pois visa atender o projeto de venda para o mercado institucional - o PNAE, onde a diversificação de produtos representa um requisito fundamental para vinculação do agricultor à política pública, conforme Tabela 3. Não obstante, cabe ressaltar também que a diversificação da produção é importante para os agricultores, pois, eles também produzem para o consumo direto da unidade familiar.

Tabela 3: Produtos estimados do SEAGRI para o PNAE para a Agricultura Familiar da Associação Comunitária Tapera e Corta Jaca – Produção Anual Prevista 2015

Item	Especificação	Kg/Unidade
1	Abobora	3000
2	Aipim	5000
3	Alface	3000
4	Amendoim	600
5	Banana Prata	5000
6	Banana Terra	5000
7	Batata Doce	5000
8	Biscoito coco	1070
9	Bolo Sabor milho	300
10	Bolos Tapioca	300
11	Bolos Aipim	300
12	Bolos Puba	300
13	Cheiro verde	2960
14	Couve	410
15	Inhame	1000
16	Manga	1600
17	Limão Tahiti	55
18	Melancia	5000
19	Salsa	500

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Em relação a esta questão, o vice-presidente entrevistado ressaltou que os alimentos que são fornecidos para o Programa – PNAE por todos os 18 agricultores inseridos no PNAE são: hortifrutis, como alface, coentro, cebolinha, salsa, couve, quiabo, ovos banana, batata, amendoim e milho; bolos e biscoitos – sabores diversos, beijos, farinha de tapioca, araruta e farinha de mesa.

Em relação à quantidade de produtos disponibilizados para o PNAE, segundo o entrevistado não há uma regularidade, pois depende do projeto de venda, que é definido como aquele documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em vender sua produção para a alimentação escolar. Neste Projeto consta o nome do grupo formal

ou informal – que são agricultores ou associados. Quando questionado em relação a quantidade dos produtos fornecido ao PNAE, ele afirmou que “*o agricultor não pode ultrapassar 20.000 reais no ano por agricultor*”.

Foi questionado também aos agricultores em campo se existem outros produtos que não estão na lista dos produtos fornecidos para o PNAE, e, que poderiam ser acrescentados, a partir da percepção dos agricultores, a respostas estão apresentadas no Tabela 2 abaixo.

Tabela 2. Alimentos que os agricultores gostariam de fornecer para o PNAE

Agricultor	Alimento
1	Aipim Hortaliças
2	Frutas da estação Limão
3	Laranja Inhame
4	-
5	Amendoim
6	Amendoim Aipim

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Quando indagado a esta mesma questão ao vice-presidente se há outros produtos que gostaria que os agricultores fornecessem para o PNAE, ele ressalta que sim, e, destaca dentre eles as *polpas de frutas*, e afirma que “*Está passando pela parte burocrática, para registrar no MAPA – Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento*”.

Em relação ao questionamento se os agricultores conhecem o destino dos produtos produzidos por eles que são fornecidos para o PNAE, cinco dos entrevistados informaram que os alimentos têm como destino as escolas e as creches do município, enquanto um deles informou que o alimento que ele fornece além de ser destinado a creches e escolas, vai também para o Lar dos Idosos e para a Igreja Batista. O vice-presidente, em relação a esta questão, complementa afirmando que o destino dos alimentos é para 40 escolas e 10 creches municipais da zona rural e da zona urbana do município.

Para analisar as informações a respeito dos benefícios que o PNAE oferece aos agricultores que fazem parte desse Programa, foram realizadas perguntas como: se a

participação do PNAE depende da participação ativa na associação; se os entrevistados conhecem outros agricultores que gostariam de participar do programa e não estão inseridos; se houve melhoria nas condições de vida com a inserção no PNAE; se com o fornecimento dos produtos para o PNAE houve mais estímulo para produzir; se houve aumento nos lucros com o fornecimento dos produtos diretamente para o PNAE; e, qual a renda com a participação dos agricultores no PNAE.

Neste sentido, quando indagado se a participação na política pública do mercado institucional como o PNAE depende da participação ativa dos agricultores na associação, todos os entrevistados afirmaram que sim, ressaltando que esta é uma condição necessária para a participação. Segundo informações em campo, é preciso estar organizado e um deste controle é a participação nas reuniões da associação. As reuniões da Associação acontecem toda primeira segunda feira de cada mês, é nela que o vice-presidente, o Sr. Pedro, passa todas as informações a respeito do PNAE. Uma das entrevistadas citou que: “Sr. Pedro convida todos os associados a participar das reuniões”.

O vice-presidente reforçou estas afirmações quando ressalta que a participação dos associados no PNAE depende dos associados estarem em dias com a DAP – Jurídica a Associação ou Física os agricultores, no entanto, ressalta uma condição importante, quando afirma que: “É observado à frequência, mas, a participação não se resume em reuniões, mas sim a participação efetiva nos diversos eventos (palestras, cursos, capacitações)”

Quando questionados se eles conheciam outros agricultores do Povoado que não fazem parte do PNAE e que gostariam de participar do programa, a resposta foi unânime afirmando os agricultores que ainda não estão inseridos no Programa não têm interesse, segundo entrevistas: “O Sr. Pedro implora para que outros agricultores participem, mas eles não querem”. Uma das entrevistadas também citou que: “há agricultores que não querem participar do Programa devido à demora do pagamento, dizem que quer ver o dinheiro logo nas mãos, não sabendo eles que vale a pena esperar, pois o lucro chega a ser de 40% a mais quando vendemos ao PNAE. Exemplo quando vendo inhame para os atravessadores eles compram a R\$ 350,00 e o PNAE compra por R\$ 1.100,00”.

Em relação ao questionamento se houve melhoria nas condições de vida depois da inserção no PNAE, de forma unânime, todos responderam que sim, as respostas variaram, mas no geral, reportam à garantia da venda com preço justo, conforme

entrevistas: “às vezes tinha dificuldade em vender agora sei que posso produzir, pois sei o destino”; “o produto que eu vendo para o PNAE, vendo com um preço melhor do que eu vendo na feira ou para atravessador e assim sobra um dinheiro no bolso”; “eu vendo e sei que vou receber”.

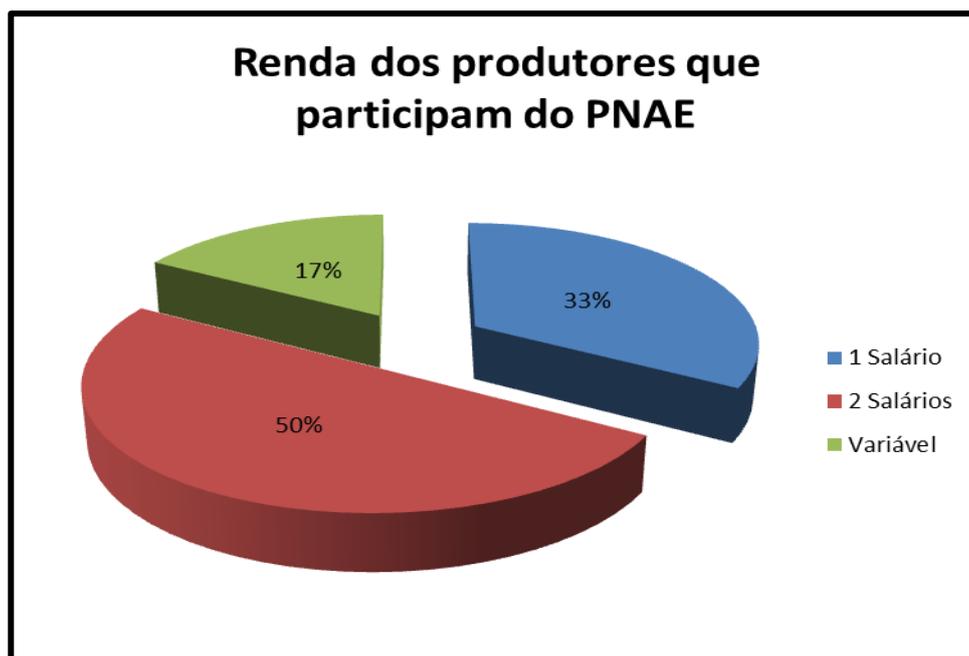
Outro ainda afirmou que sem dúvidas houve melhoria nas condições de vida, pois: “posso me programar para comprar algo para minha casa”. Outro já relata que: “melhorou bastante, pois já comprei um caminhão de adubo que custa 1000 reais”. Portanto, ressaltaram que podem investir na casa através da compra de eletrodoméstico e moveis, cabe ressaltar que estas respostas foram, sobretudo, apontadas pelas mulheres entrevistadas, o que destaca a sua preocupação com o espaço da casa. Por outro lado, os homens destacaram a preocupação no lote produtivo, apontando que o aumento do lucro favoreceu o investimento na produção, a exemplo da compra de adubo.

Em relação a esta questão, o vice-presidente reforça melhorias nas condições de vida dos agricultores e afirmou que a estimativa é de 40% de aumento na renda para os agricultores com o fornecimento dos produtos para o PNAE afirmando: “uma renda considerada positiva diretamente para os fornecedores e indireto para os associados. De toda vendagem recolhe-se 5% para a associação”.

No que diz respeito ao estímulo na produção dos produtos direcionados ao PNAE, os agricultores responderam que se sentem estimulados, sobretudo, também porque tem um destino certo a sua produção e garantia de mercado e renda. Houve respostas como: “muito mais animação. Havia momento em que nem descansava direito para ir logo para a roça”; “estou plantando com destino certo”; “sei que vou produzir e vou vender”; “porque estou plantando e sei para onde vai aquela produção”.

Quando questionados se houve aumento na renda com o fornecimento dos produtos diretamente para o PNAE, todos os seis entrevistados responderam que sim. Uma das entrevistadas afirmou que: “sei que é um dinheirinho bom, mas não registro (desconhece o valor exato), mas, são aproximadamente dois a três salários mínimos”.

Em relação à renda depois da participação no PNAE, três dos entrevistados responderam que sua renda com a participação no PNAE teve um acréscimo de dois salários mínimos. Outro respondeu que varia pelo que ele fornece, enquanto os outros dois entrevistados responderam que é de um salário e $\frac{1}{2}$.

Grafico2. Renda dos Agricultores vinculados ao PNAE

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Para analisar as questões relacionadas à qualidade da produção dos produtos dos agricultores entrevistados vinculados a Associação dos Povoados de Tapera e Corta Jaca para o PNAE foram realizadas perguntas sobre o uso de agrotóxico e, o acesso a assistência técnica. Quando questionado sobre o uso de agroquímicos na produção, a resposta de todos os entrevistados foi de que não fazem uso de agrotóxico.

Em uma das falas do vice-presidente da associação ele diz que: *“Devemos tomar bastante cuidado na qualidade dos nossos alimentos, pois somos avaliados por diferentes pessoas, ou seja, 50 pessoas”*. Segundo ele, os agricultores só utilizaram o Mirex para o controle de formigas, mas ressalta que está bem controlada.

Em relação à qualidade do produto destinado para o PNAE, as entrevistas apontaram a importância de se preocupar com as entregas, e que são selecionadas para que não haja reclamações futuras. Assim, os dados de campo apontaram que a Associação Comunitária dos Povoados de Tapera e Corta Jaca é uma das associações que se destaca no município de Cruz das Almas, por fazer parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar, como também, pela organização e pela qualidade de seus alimentos que são produzidos sem fazer o uso de agrotóxico, garantindo produtos saudáveis para a alimentação escolar, promovendo a segurança alimentar e nutricional em atendimento ao FNDE.

Quando questionados sobre o acesso a assistência técnica, todos disseram que não há no Povoado atendimento de uma assistência técnica sistematizada. Os agricultores entrevistados relataram que “é muito bom quando há alguém para orientá-los, apesar de que eles já desenvolvem a atividade de produção há muito tempo. Mas que existe a necessidade de um técnico por causa da tecnologia que avança a cada dia”. Porém citaram a presença de alguns estagiários, alunos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Vale salientar que estes alunos – os estagiários estiveram no Povoado para realizar trabalhos de Estágio de Vivência obrigatórios vinculados ao curso de Agroecologia. Esta é uma questão que demanda muita atenção no campo brasileiro, pois é de extrema importância o acesso a assistência técnica e extensão rural para os agricultores como forma de melhorar sua produção, no entanto, uma assistência técnica continuada ainda é um desejo longe de ser realizado.

Outra questão também abordada no campo foi em relação à presença dos atravessadores, e quais as vantagens e as desvantagens destes no Povoado. As entrevistas apontaram que há existência de atravessadores. Em relação às desvantagens, os agricultores responderam que a principal desvantagem é em relação à venda e a preços dos produtos comercializados, pois, os produtos vendidos aos atravessadores possuem um preço abaixo do mercado. Três dos entrevistados citaram que não há vantagem na venda para os atravessadores, como pode ser visto nas entrevistas abaixo: “a desvantagem é porque (o atravessador) não quer levar o produto todo para ver se o preço baixa”, outro ainda complementa afirmando: “quando vendemos para o PNAE o lucro é maior do que quando vendemos para os atravessadores”.

Entretanto, para outro agricultor a vantagem do atravessador é que ele tem a opção de escolher a quem vender o seu produto, afirma ele: “posso vender a eles (atravessador) e para o PNAE”. Outro relata ainda que: “se não tiver para quem vender o atravessador compra”. Outro responde que a vantagem é: “dinheiro diretamente no bolso”. Daí a importância relativa dos atravessadores para os agricultores familiares observados.

Finalmente, quando questionado aos agricultores quais as dificuldades, de modo geral, encontradas para o fornecimento dos alimentos para o PNAE três dos agricultores afirmaram que não encontram dificuldades, no entanto, outros três agricultores apontaram como maior gargalo a falta de transporte para levar os alimentos. Esta

questão relacionada à logística é um problema que há necessidade de uma reorganização. Pois de uma escola para outra há uma distancia enorme.

Em relação a esta questão, o vice-presidente aponta que existem alguns problemas enfrentados na atividade de produção, segundo o entrevistado são:

“A falta de planejamento de produção direcionada ao PNAE, em virtude da irregularidade da demanda (Ex: No projeto de venda esta para fornecer 4000 kg de aipim, quando chega o pedido só é solicitado 2000 kg; Descrédito do programa por parte dos agricultores”, no entanto, “Não é o PNAE e sim a entidade executora, não justifica. Quando ocorre perdemos a produção ou vendemos para atravessadores”. “Outro problema enfrentado é quanto à logística, que para resolver isto,“ a entidade executora montar um depósito, ou seja, um centro de distribuição, que teria como vantagem diminuir o custo, e eles exerceriam um controle de qualidade.

Em relação à vantagem, o vice-presidente, apontou como a principal, assim como, os agricultores, a garantia de mercado para os produtos da agricultura familiar, a um preço justo.

6. CONCLUSÕES

O estudo realizado se propôs a identificar a contribuição do Programa Nacional da Alimentação Escolar no processo da agricultura familiar, para os agricultores da Associação Comunitária dos povoados de Tapera e Corta Jaca, e destacar de que maneira há o fortalecimento e levantar as dificuldades enfrentadas em relação a esse Programa.

Através do instrumento de pesquisa, o trabalho de campo, verificou que o PNAE contribui de maneira positiva para o sucesso dos agricultores, pois possibilitou o aumento da renda, houve melhoria nas condições de vida dos envolvidos, como também os agricultores se sentem estimulados para produzir, sobretudo, pela certeza de mercado, e, portanto, a renda. Porém como em toda a produção os agricultores estudados também enfrentam dificuldades, foi destacada a seca, as pragas, a mão-de-obra cara, as sementes que não germinam e, sobretudo o problema da logística.

Nota-se a partir dos problemas enfrentados pelos agricultores que é essencial a presença da assistência técnica para contribuir com os agricultores compartilhando informações para amenizar alguns problemas citados. Uma sugestão apontada pelo vice-presidente da associação é um centro de distribuição que diminuiria o custo da entrega e um responsável técnico que poderia controlar a qualidade dos produtos.

A partir do que foi observado na pesquisa fica evidente que o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar é um Programa de fundamental importância como instrumento de fortalecimento e contribuição positiva para os agricultores que fazem parte da agricultura familiar.

Conclui-se, portanto, que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, como programa de opção de mercado, embora apresente problemas para o agricultor, ele traz muitos benefícios para os agricultores, porém é importante o maior incentivo da gestão pública municipal.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, V.O. et al. **O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social Florianópolis/SC 2011.

ANJOS, S.F. **Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento com liberdade**. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1455> Acesso em 29 de Mar. de 2015.

BRASIL. Lei n. 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm> acesso em 19 de abril 2015.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da Extensão Rural Convencional À Extensão Rural Para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios Para Romper a Inércia**. Brasília, Set/2006. Texto em Fase de Publicação. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf>> Acesso em 22/04/2015

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176p.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre**, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual da Agricultura Familiar: Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao->

[escolar?download=8976:manual-agriculturaAlimentos](#). 2014. Acesso e 25 de abril de 2015.

LOPES, S. R. S. GOMES, R. M. ALMEIDA, I. C. P. D. **Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Disponível em www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-agricultura-familiar. Acesso 29 de Mar. 2015.

MALUF, R.S. **Agricultura familiar, multifuncional idade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p

MORAES, Ê. G. de; CURADO, F. F. **Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS**. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 1, Corumbá, 2004. Disponível em: http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf. Acesso em 20 de abril 2015.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18 Nº 51. 2003

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E.. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TURRA, F. R. et al. **Associações e cooperativas**: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Brasília 2002. 60 p.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas, São Paulo; Ed UNICAMP, 2011.

WÜLFING, Astor Fernando. **Mercados Locais e não comoditários para produtos da Agricultura Familiar: Ensaio de uma Análise no Rio Grande do Sul.** Disponível em http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Astor_wulfing.pdf> Acesso em 04 de maio de 2015.

Roteiro de Entrevista - Agricultores da Associação Comunitária Tapera e Corta Jaca

Nome:

Idade:

- 1- Há quanto tempo vive na Comunidade? Há quanto tempo desenvolve a atividade de produção?
- 2- Há quanto tempo faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE?
- 3- Quem ou qual órgão os orientaram para a participação do PNAE?
- 4- Como foi o processo de adequação da política do PNAE para o Sr.?
- 5- O Sr. (Sra.) precisou reorganizar sua atividade produtiva para participar do PNAE? Como foi?
- 6- O Sr. (Sra.) conhece outro agricultor da comunidade que gostaria de participar do PNAE e não conseguiu? Por que não conseguiu?

Quais alimentos o Sr. (Sra.) fornece para o PNAE? E em qual quantidade? E qual a frequência?
- 7- Existem outros alimentos que poderiam ser destinados para o PNAE? Quais?
- 8- Quais os principais problemas enfrentados na produção?
- 9- O SR. (Sra.) conhece qual o destino (escola, creche...) da sua produção?
- 10- O Sr. (Sra.) possui assistência técnica? Quem é o responsável? Qual frequência?
- 11- Depois da sua participação no PNAE houve melhorias nas suas condições de vida? De que forma?
- 12- Qual a sua renda com a sua participação no PNAE?
- 13- Com o fornecimento para a alimentação escolar o Sr. (Sra.) teve mais estímulo para produzir ? De que forma?

Sim

Não

14- Na produção dos alimentos o Sr. (Sra.) faz uso de algum tipo de agrotóxico?

Sim

Não

Se a resposta for sim, quais?

15- Houve aumento dos lucros com o fornecimento dos produtos diretamente para o PNAE.

Sim

Não

De que forma?

16- Existem atravessadores na comunidade? Quais vantagens e desvantagem?

17- Quais dificuldades encontradas pelo Sr. (Sra.) para o fornecimento do alimento para o PNAE?

18- Condicionada à participação ativa na associação? Como é feito este controle?

Roteiro de Entrevista - Representante da Associação Comunitária Tapera e Corta Jaca

Nome: _____

Idade _____

- 1- Há quanto tempo reside na Comunidade?
- 2- Desde quando é presidente da associação? O que o motivou?
- 3- A associação faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar? Há quanto tempo?
- 4- Quantos associados (as) estão inseridos (as) no PNAE? Quais os critérios são verificados para a seleção?
- 5- Quem ou qual órgão os orientaram para a participação do PNAE?
- 6- Como foi o processo de adequação da política do PNAE para a comunidade?
- 7- Quais os alimentos são fornecidos para o Programa PNAE? Qual a quantidade? E qual a frequência?
- 8- O Sr. conhece qual o destino destes alimentos (escolas, creches,...)?
- 9- Existem outros alimentos que poderiam ser destinados para o PNAE? Quais?
- 10- Quais os principais problemas enfrentados na atividade de produção?
- 11- Quais os problemas enfrentados na Associação para entrega destes alimentos para o PNAE?
- 12- A associação possui assistência técnica? Quem é o responsável, e qual a frequência?
- 13- Ocorreram melhorias nas condições de vida dos membros da associação e no fortalecimento da agricultura familiar com a inserção do PNAE?
- 14- Quais? De que forma?
- 15- Com o fornecimento para a alimentação escolar os membros da associação tiveram mais estímulo para produzir ? De que forma?

Sim

Não

16- Na produção dos alimentos os agricultores fazem uso de algum tipo de agrotóxico?

Sim

Não

Se a resposta for sim, quais?

17- Houve aumento dos lucros com o fornecimento dos produtos diretamente para o PNAE.

Sim

Não

De que forma?

18 - Existem atravessadores na comunidade? Quais vantagens e desvantagem?

19- Quais dificuldades encontradas pelos agricultores para o fornecimento do alimento para o PNAE?

20- A participação no PNAE está condicionada a participação ativa na associação? Como é feito este controle?

Conversa informal com o Representante do SEAGRI- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

- 1- Quantas associações do município de Cruz das Almas fazem parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE?
- 2- Quais os alimentos que são fornecidos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar pelas associações de Cruz das Almas?